

Coronavírus: como reduzir a curva do contágio e da recessão ao mesmo tempo?

Por Letras Ambientais
domingo, 19 de abril de 2020



Até quando vai continuar o distanciamento social? A pergunta é talvez o **grande dilema de todas as economias globais** atualmente, afetadas pela [pandemia](#) do novo coronavírus. Muitos países já iniciam uma saída gradual do isolamento, apostando que

conseguiram controlar a transmissão da Covid-19. É o caso da China, Coreia do Sul, Espanha, Alemanha, Dinamarca, Áustria e República Tcheca. A Organização Mundial da Saúde (OMS) avalia com preocupação o alívio das restrições, recomendando cautela na reabertura, que pode ser uma aposta bastante arriscada para a reaparição do vírus.

Na última terça-feira, dia 14 de abril, pesquisadores da Universidade Harvard publicaram um estudo que projetou a dinâmica de transmissão do SARS-CoV-2, durante o período pós-pandemia, nos Estados Unidos. A pesquisa concluiu que **surtos recorrentes do novo coronavírus poderão ocorrer, sobretudo no inverno**, após a onda pandêmica inicial mais grave. Por consequência, enquanto não dispormos de algum tipo de vacina, que torne as pessoas imunes à doença, podemos continuar convivendo com ciclos intermitentes de circulação e isolamento social, pelo menos até 2022.

Com isso, é possível que o **distanciamento social prolongado ou intermitente torne-se algo bastante comum**, nos próximos meses e anos, para conter a velocidade do contágio e garantir atendimento médico à população. A experiência da China, Itália e Estados Unidos demonstra que a Covid-19 pode sobrecarregar até as capacidades de assistência médica de países com recursos financeiros suficientes. Sem tratamentos farmacêuticos disponíveis, nesses locais, as intervenções dos governos concentram-se no rastreamento de contatos, quarentenas e distanciamento social.

No Brasil, o conflito entre distanciamento social e reabertura da economia levou à deposição do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, na última quinta-feira, dia 16 de abril. Enquanto **o ministro defendia o isolamento social**, até aumentar a capacidade do sistema de saúde nacional, o presidente Jair Bolsonaro argumentava pela reabertura da economia, para reduzir os impactos no emprego.

Um Relatório do Banco Mundial, publicado este mês, sobre os **impactos do novo coronavírus nas economias** do leste da Ásia e do Pacífico, incluindo a China, mostra as consequências da doença naqueles países e medidas efetivas para conter a crise.

Na última sexta-feira, dia 17 de abril, foi divulgado que **a economia da China declinou 6,8%**, no primeiro trimestre de 2020, retrocesso inédito diante de quase meio século de crescimento. Conter a pandemia da Covid-19 ameaça transformar essa desaceleração em uma recessão fulminante para o gigante asiático. Os maiores custos econômicos imediatos da doença devem-se principalmente ao comportamento preventivo de indivíduos e às políticas de controle de transmissão dos governos, que impactaram brutalmente a economia chinesa.

Recuperando-se das tensões comerciais e do controle da Covid-19, as economias do leste asiático e do Pacífico agora enfrentam a **perspectiva de um choque financeiro e recessão global**, sobretudo pela queda brusca do comércio e turismo internacional.

Esse conjunto de eventos perturbadores, que se reforçam mutuamente, resultam em uma crise econômica global sem precedentes, que atinge a oferta e a demanda, em nível mundial.

É inegável que a economia precisa voltar a funcionar. Porém, **projeções indicam que essa pandemia será um processo longo e grave**. A volta ao trabalho precocemente pode acarretar no risco de grandes surtos de contaminação, que vão afetar, de maneira ainda mais drástica, a economia e a saúde pública. Esse tipo de situação já foi registrado em alguns países, como nos Estados Unidos, durante essa pandemia.

Como ainda **não há pesquisas que comprovem um tratamento eficaz da doença**, tampouco foram descobertas vacinas, é preciso garantir que as pessoas estejam saudáveis e em segurança para retomarem às suas atividades.

A **realização e repetição de testes em massa** nos trabalhadores, para confirmar se têm a doença, não tem sido viável pelos países, diante da enorme demanda global e conflitos internacionais por materiais médicos para testagem.

Uma resposta política excepcional a uma crise sanitária sem precedentes



De acordo com o Relatório do Banco Mundial, por se tratar de uma crise sanitária que afetou a economia global, **a resposta política deve ser excepcional**. Não se trata de uma recessão comum. Em casos anteriores, como a Grande Recessão ou a Grande Depressão, os balanços foram prejudicados e, como resultado, a demanda encolheu, enquanto as fábricas e as pessoas estavam ociosas. A solução foi reparar o sistema financeiro, combinado políticas fiscais e monetárias expansionistas, que impulsionaram a demanda, atraíram recursos ociosos e aumentaram as ofertas de emprego.

Na situação atual, o objetivo da resposta política imediata não é tanto restaurar a demanda, porque a oferta reduzida e a atividade em geral são uma consequência necessária dos esforços para conter a propagação da pandemia. Em vez disso, **busca-se proteger as famílias, especialmente as mais pobres, contra choques de renda**; e reverter a situação das empresas, para que as falências em larga escala e as perdas de emprego sejam minimizadas.

A profundidade e a duração do choque econômico são extraordinariamente incertas. Cada economia está adotando medidas específicas para lutar contra a doença, bem como contra os efeitos de demanda e oferta, decorrentes dos esforços do

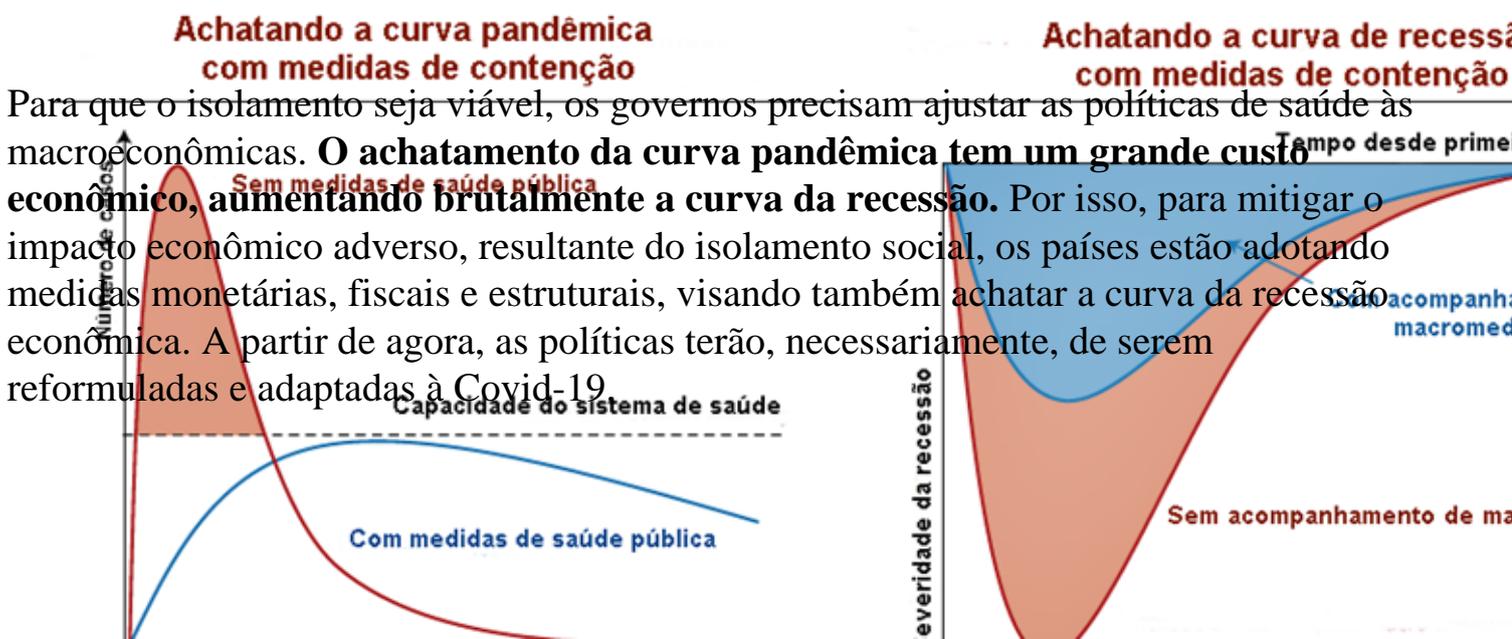
distanciamento social. **A maioria das economias está excepcionalmente exposta à potencial contração** da demanda no resto do mundo, bem como a rupturas nas cadeias de suprimentos globais e regionais, nas quais estão integradas. Os governos enfrentam um desafio incomum: conter a doença, tratar suas vítimas, proporcionar alívio econômico imediato a pessoas e empresas vulneráveis, e sustentar o processo de recuperação. Se a resposta à crise for muito curta ou muito tardia, existe o risco de danos duráveis.

O choque da Covid-19 terá um sério impacto na pobreza. **As pessoas sofrerão diretamente com a doença, e indiretamente, com a perda de renda.** No leste da Ásia e no Pacífico, em 2020, estimava-se que cerca de 35 milhões de pessoas escapassem da pobreza, sendo 25 milhões somente na China. Mas isso não será possível após a pandemia.

As famílias vinculadas aos setores econômicos, afetados pela Covid-19, enfrentarão um risco substancialmente elevado de cair na pobreza, pelo menos no curto prazo. Na China e em outros países, **o risco de empobrecimento é particularmente alto** entre os trabalhadores informais e autônomos, que não têm licença médica remunerada ou outras formas de proteção social, bem como entre os trabalhadores migrantes.

Em diferentes países, o objetivo primordial dos formuladores de políticas é **achatar a curva da pandemia**, para reduzir a velocidade do número de infectados pelo novo coronavírus. A medida é uma forma emergencial de evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde pública, aumentar a capacidade de assistência hospitalar e salvar vidas. Para evitar a propagação da infecção, muitos governos concentram esforços para o controle da transmissão, como a política de distanciamento social.

A imagem abaixo mostra, no lado esquerdo, como a adoção de **medidas para conter a velocidade de transmissão do vírus** e fortalecer os sistemas de saúde, achatam a curva de crescimento da pandemia. No lado direito, apresenta-se, de forma diretamente relacionada, como medidas macroeconômicas, para fazerem frente à crise, reduzem a profundidade da recessão.



Inicialmente, as medidas fiscais devem **fornecer proteção social para evitar choques**, especialmente aos grupos socialmente mais vulneráveis. Os instrumentos políticos não são separados, pois a maioria das medidas têm implicações econômicas e de saúde. Saúde ótima e a rápida retomada da vida social não são fundamentalmente incompatíveis entre si, mas mutuamente dependentes, sendo possível resolver ambas as questões, ao mesmo tempo. Para trabalhar, você precisa estar saudável e seguro. Saúde e economia estão entrelaçadas.

Capacidade de resposta a epidemias reduzem impactos econômicos



De acordo com o Relatório do Banco Mundial, melhores resultados econômicos e em saúde podem ser alcançados, a partir da combinação de políticas integradas. Países como Cingapura e Coreia do Sul, aprenderam com a experiência de síndromes respiratórias agudas anteriores (como a Sars, em 2003, e a Mers, em 2015). Com isso, conseguiram alcançar **resultados mais efetivos de controle da atual pandemia**, adotando medidas menos disruptivas economicamente.

As lições demonstradas por esses países é de que investimentos iniciais em vigilância de doenças infecciosas e em capacidade de resposta **podem reduzir a necessidade de tomar medidas dispendiosas de fechamento da economia**. Na atual pandemia, esses governos estavam preparados para realizar testes em massa da população, rastrear

contatos e isolar casos confirmados ou suspeitos. Esses países conseguiram diminuir a taxa de transmissão do vírus, sem necessariamente terem que recorrer a medidas mais restritivas de distanciamento social. Na ausência dessa capacidade, não resta muita alternativa a não ser o isolamento e restrições da circulação.

Quanto mais cedo outros países criarem essa capacidade de contenção, mais rápido poderão acabar com os problemas econômicos, causados por medidas rigorosas de isolamento social. Quando confrontados com um grande surto, **os países com capacidade limitada para implementar ações de resposta**, em larga escala, precisaram tomar medidas drásticas de distanciamento social, visando conter o vírus e evitar sobrecarregar o sistema de saúde.

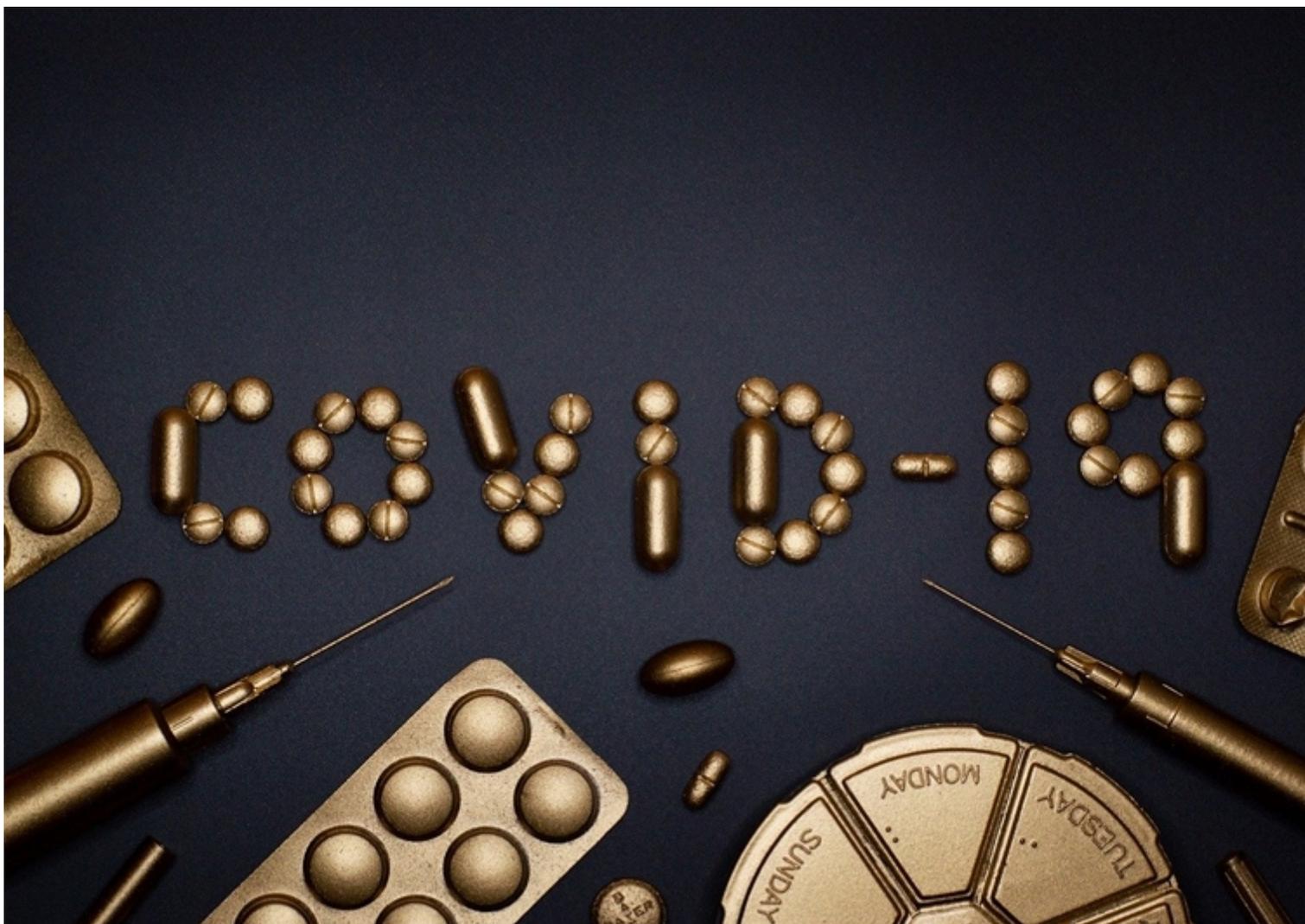
Mas como sustentar essas medidas restritivas, tão danosas economicamente, diante do prolongamento dessa pandemia? Para a economista Mônica de Bolle, da Johns Hopkins University, os períodos intermitentes de quarentenas, previstos a partir de pesquisas científicas sobre o novo coronavírus, terão **implicações na forma de recuperação da economia**.

A pesquisadora afirmou, em entrevista ao programa Roda Viva, que **haverá uma retomada da economia extremamente volátil, continuando com a necessidade de intervenção do Estado**. Destacou ainda que há espaço para implementar uma renda mínima permanente aos cidadãos, que contribuirá para manter o consumo e movimentar a economia.

É por isso que os governos devem enfrentar a questão como um desafio mais amplo, integrado e intertemporal: **maximizar o bem-estar social**, que depende da saúde e da renda; combinar políticas de contenção (distanciamento social, assistência médica/testes e quarentenas) e políticas macroeconômicas (fiscais, monetárias e financeiras).

Por se tratar de uma **questão estrutural e extremamente complexa**, é necessário haver um plano para contenção da disseminação do vírus, garantindo segurança e assistência social à população. Fora isso, não adianta insistir na abertura da economia, de forma despreparada, sem critérios e sem infraestrutura. Experiências pelo mundo mostram que os prejuízos poderão ser muito maiores.

Medicamentos, vacinas e testes



Os países que já começam a reabrir suas atividades econômicas, a exemplo da Coreia do Sul e da Alemanha, valeram-se de um **conjunto de medidas planejadas para controlar a velocidade de transmissão do vírus**. É o caso de rastreamento (com sistemas de observação tecnológica), quarentenas (período de incubação de 14 dias, no qual os infectados e suas redes de contato devem ficar isolados) e realização de testes em massa.

No Brasil, ainda falta um plano claro, por parte dos governos, para **reagir à crise sanitária e econômica**. Em um caso de emergência em saúde pública, medidas simples e viáveis (rastreamento, quarentenas e testes) são, de fato, as que têm funcionado em vários lugares do mundo para conter a crise.

Dados de geolocalização, oriundos das empresas de telecomunicações, poderiam ser amplamente utilizados, em todo o País, para rastrear os locais onde há aglomerações. Mais tarde, o **monitoramento remoto permitirá detectar áreas com maior incidência de Covid-ativos**. Seria uma forma de avançar na geração de informações para auxiliar na tomada de decisão, com dados de inteligência. Em São Paulo, principal megalópole do País, o uso desses dados tem sido efetivo para orientar medidas de

contingência. Contudo, o governo federal decidiu por não utilizar a ferramenta disponível na gestão da crise sanitária.

O novo ministro da saúde do Brasil, Nelson Teich, em seu primeiro discurso, afirmou que pretende **investir em informação, medicamentos, vacinas e testes**, para que gradualmente o País possa retomar suas atividades econômicas.

A primeira promessa do ministro faz todo sentido. De fato, **é preciso gerar informações seguras para conhecer a propagação da doença** entre a população brasileira, distribuída em uma imensa área continental. Resta saber quais serão as alternativas que o médico usará para mapear a dinâmica social e conter a incidência da infecção, nas diferentes regiões do País.

Fora isso, o ministro prometeu **medidas difíceis de serem implementadas**, pelo menos de imediato, para pôr fim ao isolamento social e reabrir a economia. Pela ordem: medicamentos, vacinas e testes. Vamos explicar porque cada uma delas não são viáveis como medidas emergenciais de resposta à crise.



Primeiro, os medicamentos. Em todo o mundo, têm sido estudados **medicamentos para curar ou tratar pacientes com Covid-19**, especialmente em países com pesquisas em medicina já bastante avançadas. A comunidade científica global deixa claro que ainda não há nenhum medicamento com evidências científicas robustas e segurança garantida para combater o coronavírus. Os remédios defendidos pelo presidente americano, Donald Trump, e por tabela, pelo presidente brasileiro, como a cloroquina e a hidroxicloroquina, comprovadamente, provocam arritmias cardíacas graves, que podem levar à morte dos pacientes infectados.

Segundo informações do biólogo Átila Iamarino, em seu canal no Youtube, há **mais de 330 estudos em andamento para tratar do novo coronavírus**. Caso uma dessas pesquisas comprovem a eficácia do remédio, será para ajudar as pessoas saírem mais cedo do hospital, não para resolver a vulnerabilidade da população diante do vírus.

Quanto às vacinas, a revista *Nature* levantou, esta semana, pelo menos 115 estudos em andamento, estando cinco deles já na fase de testes clínicos em pacientes. Contudo, o pesquisador brasileiro ressalta que **essas vacinas levam tempo para estarem disponíveis no mercado**. A vacina contra o Ebola levou cinco anos para ser usada. No mínimo, serão dois anos para que uma vacina garanta proteção às pessoas. Mesmo assim, atenderá aos grupos prioritários, pois não é possível produzir mais de 7 bilhões de vacinas para aplicação em massa, a nível global.

Vale lembrar, também, que **os países emergentes e subdesenvolvidos poderão demorar ainda mais** para terem acesso à vacina, caso ela chegue ao mercado. Sendo assim, antes de pelo menos dois anos, as pessoas não estarão protegidas por vacinas. Esse tempo já é curto para se fazerem todos os testes necessários, garantindo segurança a uma substância que deverá ser aplicada em bilhões de pessoas.

Em terceiro lugar, o novo ministro brasileiro da saúde destacou a necessidade de um programa de testes. Todavia, apesar de ser fundamental à segurança da população e à reabertura da economia, **não há testes disponíveis no País nem para as pessoas que estão doentes**. Profissionais da saúde e da segurança ainda aguardam os testes prometidos pelo governo federal. Também não há reagentes para comprar e fazer os testes no Brasil.

Outra incerteza quanto ao futuro da pandemia, que os pesquisadores de Harvard também chamaram atenção, é pelo **fato de ainda não termos clareza se as pessoas curadas da Covid-19 desenvolveram imunidade ao coronavírus**. Considerando os dados existentes até agora, especula-se que essa imunização natural teria uma janela curta de eficiência, de apenas um ou dois anos. Nesse cenário, a tendência é que o Sars-CoV-2 circule de maneira generalizada, todos os anos, como acontece com o vírus da gripe. Essa condição acarreta em alternar períodos intermitentes de aberturas e

fechamentos da economia, até um futuro próximo.

Nesse sentido, a comunidade científica de todo o mundo vem insistindo que **o isolamento social é a única forma de reduzir as mortes**, e o impacto da pandemia nos países. Nesse momento, é a forma mais eficaz para evitar uma sobrecarga nos sistemas de saúde e que um grande número de pessoas fique doente e não consiga atendimento hospitalar.

Uma nova economia da saúde beneficiará recuperação dos países



Para além de um conflito entre saúde e economia, governos, sociedade civil e empresas devem pensar em **uma nova economia da saúde, sobretudo após a fase aguda da pandemia**. É o caso de fazer uma reconversão industrial, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, para que fábricas e trabalhadores produzam, em larga escala, equipamentos de proteção individual (EPI's) e aparelhos hospitalares.

Para manter a produção de suprimentos essenciais a consumidores domésticos, **vários governos impuseram restrições à exportação de produtos médicos**, prejudicando principalmente os países mais vulneráveis. Todavia, o Relatório do Banco Mundial recomenda que a política comercial permaneça aberta entre os diferentes países.

É por isso que **desenvolver a indústria farmacêutica local tornou-se uma questão de segurança nacional**. Com a experiência dessa pandemia, é necessário que os países se tornem autossuficientes na produção de materiais básicos para assistência à saúde, não dependendo apenas do comércio externo, como aconteceu agora em relação à China.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, realizou uma **operação logística bastante complexa, para conseguir trazer respiradores e material hospitalar da China**, ao seu estado. Ele montou uma rota que trouxe materiais, desde a gigante asiática, pela Etiópia, sem que o governo federal e de outros países conseguissem bloquear as remessas. Situações como essas são comuns em momentos de emergência. Foi preciso driblar diferentes riscos, nacionais e internacionais, no momento em que estados e países se acotovelam para disporem desses equipamentos essenciais.

A ação de compra e transporte dos equipamentos para o Maranhão foi possível em função de **um arranjo público-privado**, que permitiu àquele estado se valer da experiência de empresas locais, na área de logística de exportação, para garantir que a operação fosse bem-sucedida.

O estado do Maranhão faz parte do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, criado em março de 2019, pelos governadores da região, para buscarem soluções de interesse comum a todos os estados. No dia 30 de março de 2020, o Consórcio instituiu um **Comitê Científico para Combate ao Coronavírus**. Formado por médicos, cientistas, físicos e pesquisadores, o Comitê visa auxiliar governadores da região, na tomada de decisão, sobre ações de enfrentamento à pandemia.

Outra questão relativa ao achatamento da curva da pandemia, para preparação do sistema nacional de saúde, é que não basta apenas construir hospitais, leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI's), para atender aos pacientes com Covid-19. **A infraestrutura abrange pessoas altamente capacitadas** para atuarem em situações de medicina intensiva, além de EPI's, testes, aparelhos e demais materiais hospitalares necessários.

A capacidade de saúde precisa ser urgentemente aumentada, em função do **risco de uma demanda potencialmente esmagadora**, por um período sustentado. A capacidade de teste já foi encontrada em falta, mesmo em alguns países industrializados. Prevê-se que o número de infectados, que necessitem de tratamento, exceda em muito a capacidade hospitalar nos 18 meses anteriores à provável disponibilidade de uma vacina.

Por isso, além de **expandir as instalações convencionais de assistência médica e as fábricas de equipamentos médicos**, medidas inovadoras estão sendo consideradas e precisam ser ampliadas: preparação de leitos hospitalares comuns, para uso potencial na UTI; converter fábricas de automóveis para fabricar máquinas de fazer máscaras; e treinar pessoas impossibilitadas de exercer suas ocupações normais (por exemplo, funcionários de restaurantes, hotéis e companhias aéreas) para trabalharem em cuidados básicos de saúde.

Um problema gravíssimo que o Brasil enfrenta, durante a atual pandemia, é o **desabastecimento do mercado nacional**, porque não houve uma preparação do nosso parque industrial para a crise sanitária.

O desafio ao ministro Nelson Teich, pela sua experiência com a iniciativa privada, e em diálogo com os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), é **fomentar essa economia da saúde, envolvendo empresas que tenham interesse em investir no setor**. Os benefícios serão inúmeros, tais como: promover a geração de empregos, recuperar a economia da recessão, fortalecer a produção de insumos hospitalares no mercado interno e reduzir a dependência do Brasil da importação desses materiais de outros mercados.

Conclusão

A pandemia do novo coronavírus provocou um choque econômico global sem precedentes. Por isso, diante dos problemas de saúde e de economia, **é preciso definir um plano de curto, médio e longo prazos**, para a saída da crise.

No curto prazo, para achatar a curva da pandemia e da recessão, **a solução imediata é investir em políticas que protejam as pessoas do impacto da crise**. Nos países mais suscetíveis à propagação e às consequências da Covid-19, é preciso que o Estado garanta recursos mínimos para a sociedade atravessar o período de isolamento. Essa intervenção é urgente e necessária.

Essas medidas devem ocorrer com planejamento e equilíbrio. Investir em assistência social para os mais vulneráveis, bem como **injetar recursos públicos para a sobrevivência de trabalhadores, bem como de pequenas e médias empresas**. Ao mesmo tempo, não medir esforços para ampliar a infraestrutura de saúde pública.

Em situações de choques econômicos, como após as duas grandes guerras mundiais, a crise de 1929 e a de 2008, houve um considerável aumento dos gastos públicos para proteger os mais frágeis socialmente, bem como os agentes econômicos. Para a recuperação da economia, do emprego e da renda dos cidadãos, após o período mais agudo da pandemia, **é imprescindível um plano de recuperação**. É necessário definir

qual a estratégia mais viável, que permita condições seguras, para a retomada das atividades econômicas e educacionais no Brasil, pondo fim ao isolamento social.

Investir em pesquisas científicas na área da saúde também é fundamental para formular uma resposta eficaz e sustentada da saúde pública, ao SARS-CoV-2, no médio prazo. **É desejável ainda que os governos considerem o desenho de políticas preventivas de longo prazo.** Países que investem em pesquisa científica e inovação certamente sairão à frente nessa economia da saúde. É o caso do que já acontece em alguns países da Europa, a exemplo da Alemanha e países escandinavos (Noruega, Dinamarca e Suécia), e do leste asiático (como China, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan).

A qualquer momento, a ação preventiva se baseia nos níveis de preparação do sistema de saúde e na redução da vulnerabilidade da população. Quanto mais os governos investirem na preparação atualmente, mais eles podem confiar em medidas direcionadas à saúde, como testes e rastreamento, do que em **restrições drásticas que devastem a atividade econômica.**

**Atualizado em: 21.04.2020, às 11h01.*

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

Instituto



Quem somos

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

Fone: (82) 3023-3660 **E-mail:** contato@letrasambientais.org.br

ISSN: 2674-760X





Copyright © 2017-2022 Letras Ambientais | Todos os direitos reservados |